



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 097/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 2237/2013 – 2 VOLUMES.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico - SEPLAN.

4- Exercício: 2012.

5- Responsável: Sr. Ronney César Campos Peixoto, Secretário de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, à época.

6- Unidade Técnica: Informação nº 16/2015 – DICAD (fls.357/358)

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 134/2015 (fls. 387/391), da lavra do Procurador de Contas Evanildo Santana Bragança.

8- Relator: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico - SEPLAN. Exercício de 2012.

Regular, com ressalvas. Recomendação à SEPLAN, à CGL, à Controladoria Geral do Estado e ao Governo do Estado do Amazonas. Comunicação à Controladoria Geral da União e ao Tribunal de Contas da União. Quitação ao gestor.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/A, **à unanimidade**, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, em divergência com o posicionamento exarado pelo Órgão Ministerial, no sentido de:

9.1 - Julgar pela REGULARIDADE COM RESSALVAS da Prestação de Contas Anual da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico – SEPLAN, exercício de 2012, de responsabilidade do Sr. **Rooney César Campos Peixoto**, Secretário de Estado, à época, com base no art. 71, II da CF/88, c/c art. 40, II da CE/89 e art. 24 da Lei Estadual nº 2423/1996;

9.2 – RECOMENDAR:

9.2.1 - à Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, para que planeje melhor a execução de suas obras e serviços, em observância ao princípio da eficiência e art. 8º da Lei Federal n. 8666/1993;

9.2.2 - à Comissão Geral de Licitação – CGL, para que seja mais criteriosa em relação às suas análises de dispensa de licitação, em obediência aos preceitos da Lei Federal n.8666/1993 e princípios Constitucionais da administração pública;



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 097/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO

9.2.3 - à Controladoria Geral do Estado e ao Governo do Estado do Amazonas, para que regularizem a situação de falta de auditores para a realização de auditoria com fins de fiscalização do controle interno, nos termos do art. 74 da Constituição Federal e no art. 10, inciso III da Lei Estadual n. 2.423/1993.

9.3 - Comunicar à Controladoria Geral da União e o Tribunal de Contas da União acerca do Contrato de Repasse PNAGE nº 004/2006/MP/CAIXA, para análise.

9.4 - Dar quitação ao gestor na forma do art. 24 da Lei nº 2423/1996.

10- Ata: 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 25 de fevereiro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, e Conselheiro Convocado Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral